

O FIGUEIROENSE

ORGAO DO PARTIDO REPUBLICANO DO CONCELHO DE FIGUEIRO DOS VINHOS

PROPRIEDADE DO CENTRO REPUBLICANO CINCO DE OUTUBRO

Editor
José Francisco da Silva
Director e Administrador
Arthur de Paiva Furtado

ASSIGNATURAS

Um anno	1,520
Seis meses	860
Brazil, anno	2,400
Africa, anno	1,420
Numeravalle	500

Anunciam-se as obras das quaes se recebe um exemplar

Publica-se aos sabbados

Administração, composição e impressão na typographia do

CENTRO REPUBLICANO

Rua da Agua — FIGUEIRO DOS VINHOS

PUBLICAÇÕES E ANNUNCIOS

Preços *convenções*

Toda a correspondencia deve ser dirigida ao director

Originales sejam ou não publicados não se restituem

Annuncios permanentes o communicados preços *convenções*

VIVA O GOVERNO

O NOSSO JORNAL

Reprimido com notavel rapidez e energia o movimento revolucionario ha dias manifestado em Lisboa o chefe do Estado sr. Sidonio Paes e os srs. ministros da Instrucção e Commercio levaram a effeito a sua annunciada visita á cidade do Porto e a outras importantes terras portuguezas, sendo por toda a parte recebidos com tal enthusiasmo e tão carinhosas demonstrações de sympathia que a sua viagem é unanimemente considerada como um dos maiores acontecimentos politicos dos ultimos tempos.

Não ha mesmo memoria de se haverem prestado aos nossos homens publicos tão imponentes demonstrações d'apreço, sendo de notar que n'ellas tem tomado saliente parte as chamadas forças vivas da nação, que os desmandos, os attentados e as violencias d'essa insensata demagogia que o sr. dr. Sidonio Paes e os seus heroicos companheiros correram do governo, tinham afastado desgostosas, conservando-se n'um completo alheamento das cousas publicas, que era altamente ruinoso para a nação.

No Porto sobretudo, n'essa laboriosa cidade do trabalho é que as manifestações de sympathia ao illustre chefe do Estado attingiram porporções verdadeiramente grandiosas e talvez ali ainda não vistas, que traduziram de uma maneira eloquente a confiança que ella tem nos destinos da Republica sob a acção por tantos titulos notavel do sr. dr. Sidonio e dos seus dignos companheiros de governo, todos como elle empenhados no restabelecimento da ordem e da Liberdade, que devia ser sempre a divisa sacrosanta da Republica, mas que um verdudeiro bando de dementados tinha transformado na maior e mais ruinosa e tiranica oligarchia de que ha memoria em Portugal.

Por toda a parte se manifestou d'uma maneira inlludivel a confiança que o paiz tem nos seus destinos sob acção energica, intelligente e resoluta do sr. dr. Sidonio Paes e d'aqueiles que elle previdentemente escolheu para seus companheiros de trabalho, ninguém olvidando que sem a sua valentia e o seu esforço já hoje se não podia respirar em Portugal.

Esta Patria de tão gloriosas

tradições e tamanho passado estava effectivamente reduzida á mais vergonhosa e degradante condição que é possivel imaginar-se, campeando portoda a parte a tirania e a violencia n'um desregramento de compostura e proposito de provocação que chegava a fazer desanimar os mais corajosos, não sendo poucos os que já inteiramente descreiam da vinda de melhores dias.

Foi n'essa altura, verdadeiramente alarmante, que a notavel acção do sr. dr. Sidonio Paes e dos seus patrioticos companheiros de lucta, se accentuou prompta e energicamente, correndo com toda essa gente da demagogia, que nos aviltava, e levantando da derrocada tremenda que elles vinham promovendo, este Portugal rejuvenescido, em cujos altos destinos já todos de novo confiamos e sob cujo ceu de magico azul já podemos vivere trabalhar.

Assim o comprehendeu o Porto, assim o comprehendiram Santarem, Coimbra, Braga, Guimarães, Viana, Caminha e tantas outras importantes terras portuguezas percorridas pelo illustre chefe do Estado, ao manifestarem-lhe pela fórma mais carinhosa e captivante o alto apreço em que tem os seus patrioticos feitos.

Assim ainda o accentuou tambem o illustre homem publico sr. dr. Sidonio Paes nas seguintes palavras de agradecimento que derigiu aos Portuenses quando estes foram em grandiosa manifestação saudal-o ao Hotel do Porto, onde se alojara:

«Cidade do Porto! Eu vos agradeço, comovido, esta imponente manifestação, não por mim, mas pelo espirito da revolução que represento. Para a nova Republica que vamos fundar, para a liberdade que desde hoje surgir, para a ordem, para que todos possamos trabalhar, para que todos possamos caber, trabalhando honestamente, trabalhando activamente, trabalhando, emfim, com toda a força do corpo e da nossa alma, é preciso que nos reunamos em prol da nossa querida Patria. Heroica cidade do Porto, eu vos digo: iria vinte vezes, se fosse preciso, ao par que Eduardo VII para combater a demagogia e restabelecer a ordem, se a demagogia a quizesse alterar. E' hoje que eu sinto o apoio do forte povo portuguez á minha volta e á volta do governo. Sinto-me bem compensado dos trabalhos e sacrificios que fiz no altar da Patria. Viva a cidade do porto! Viva a Republica!

Sahe só com duas paginas o presente numero do nosso jornal, a quem a imperiosa lei das necessidades, que esta tremenda guerra desencadeou, veio crear uma situação deveras embaraçosa.

Não é sómente a extrema carestia do papel que nos obriga a esta redução tão contraria aos nossos desejos.

E' a sua falta completa nos respectivos mercados que nos impõe sob o risco que já corrimos de ter que suspender inteiramente uma publicação tão util quanto necessaria.

Os termos, porém, em que d'ora ávante será orientada a redacção e composição d'O Figueiroense permitir-nos-hão manter integralmente a parte litteraria e noticiosa do nosso jornal,

do qual serão retirados os annuncios permanentes, que só serão publicados no primeiro numero de cada mez, que é quando O Figueiroense sahirá de 4 paginas.

E logo que haja no mercado o papel preciso para a sua completa publicação ella regressará immediatamente á sua normalidade embora o seu custo se mantenha elevado.

Expostos assim com toda a lealdade os motivos que determinaram aquella redução, de esperar é que todos os amigos d'O Figueiroense continuem a honral-o com as suas assignaturas, relevando-o d'uma falta que é inevitavel e sem a qual a sua continuação seria impossivel.

Da Administração

FACTOS E OCCORRENCIAS

Corporações administrativas

Pelo decreto n.º 3738 de 10 do corrente mez foram dissolvidos todos os corpos administrativos ultimamente eleitos, sendo nomeadas commissões administrativas para os substituirem,

Para a Camara Municipal de este concelho, foram nomeados os nossos presados assignantes e amigos srs. dr. Manuel de Vasconcellos, Antonio d'Azevedo Lopes Serra, Antonio Luiz Agria, Arthur Sequeira de Carvalho e João Luiz Junior, que já se acham em exercicio d'essa commissão.

Trata-se d'uma medida que não deixa de ser violenta apesar de ter bastantes precedentes no nosso paiz.

E' mesmo corrente entre nós o uso de tal expediente sempre que os nossos dirigentes se propõem dar ás cousas publicas um nova orientação.

E a que o governo agora tem em vista e em que fundamentou o decreto em questão, visando ao indispensavel e reclamado apasiguamento da familia portuguesa, é bem de molde a desculpar o seu acto.

Mas é preciso regressar-se á normalidade, por meio de liberr-

mas eleições, logo que o governo consiga attingir aquelle objectivo, para o que todos devemos concorrer patrioticamente, esquecendo agravos e pondo de parte revindictas que não se harmonizam com a que a Patria de nós espera n'este grave momento que tanto a afflige.

Administrador do concelho

Já foi publicado na folha official o decreto que nomeia o nosso presado assignante e amigo sr. Manuel Lopes Boavida, para administrador d'este concelho, confirmando-se assim as informações de que já ha dias nos tornámos echo.

O novo administrador deve muito brevemente tomar posse do seu cargo.

Obrigações do presente mez

Quem tiver filhos ou mancebos a seu cargo, que durante o anno de 1917 completassem 16 ou 19 anos de idade, deve ir no presente mez participar esse facto á respectiva commissão do recenseamento militar do seu concelho, sob pena da multa de vinte a cinquenta escudos, imposta em policia correccional.

E a mesma obrigação, sob as mesmas cuminações, pertence aos referidos mancebos.

E' n'este mez que se paga a

1.ª prestação das contribuições geraes do estado, a taxa militar e os impostos directos do municipio.

E' neste mez que se examinam as matrizes prediaes nas respectivas secretarias de Finanças e sobre ellas se fazem as reclamações que forem necessarias.

E' neste mez que se requer a anulação, parcial ou total das collectas da contribuição industrial lançadas em 1917 e que não forem devidas.

E' ainda neste mez que se participa na secretaria de Finanças, as cessações de industrias occorridas no anno de 1917, devendo essas participações serem feitas por escripto e em duplicado para o sr. secretario de Finanças passar recibo em uma d'ellas, que fica em poder do interessado para effeitos de futura reclamação, quando necessaria.

As mesmas participações devem ser dadas em relação á contribuição sumptuaria quando cessarem os motivos de collecta.

Cooperativa de consumo

Nos termos dos seus estatutos fechou ha dias as contas da sua gerencia de 1917 a Cooperativa de Consumo de Figueiró dos Vinhos, que distribue pelos seus associados a optima percentagem de 10%.

Para tão auspicioso quanto louvavel resultado muito concorreu a zelosa administração da sua direcção, que era composta dos ex.ªs srs. Carlos Graça, Aníbal Veiga Ferrão Paes e Antonio Augusto de Brito que foram incansaveis no desempenho de tal mandato.

No anno presente compõem a Direcção da alludida Cooperativa os ex.ªs srs. dr. Adalberto do Amaral, Aníbal Veiga Ferrão Paes e Arthur de Paiva Furtado que, ao que nos dizem, se propõe dar a essa Cooperativa maior incremento ainda.

FALECIMENTO

No logar de Villa Facaia, do concelho de Pedrogam Grande, falleceu no dia 15 do corrente mez a virtuosa esposa do nosso bom amigo e honrado commerciante sr. Julio da Gama — D. Diolinda Nunes de Carvalho.

Era irmã dos srs. Nunes de Carvalho importantes commerciantes da praça de Lisboa e mãe do nosso presado amigo e assignante sr. Joaquim Nunes Agria.

O seu funeral foi extraordinariamente concorrido, indo ali varios cavalheiros d'esta villa e d'outras localidades, das relações e amizade da illustre familia Nunes de Carvalho, prestar á bondosa senhora essa derradeira homenagem.

Ao inconsolavel viuvo e a toda a enluctada familia enviamos a expressão sincera do nosso sentido pesar.

A QUESTÃO DO MILHO

A «União Figueirense» que o ex-administrador d'este concelho sr. José Miguel Fernandes David dirige e de que é proprietario tem ultimamente vindo empurrando para o nosso amigo e sr. Antonio d'Azevedo Lopes Serra actual e dignissimo administrador do nosso concelho as culpas da escassês e carestia de milho que afinal ao sr. José Miguel e aos regedores seus subordinados unica e exclusivamente pertencem.

Ninguém tenha duvidas a esse respeito: Se o milho que o nosso concelho produziu sahio para outros concelhos ou se está alapardado para mais caro se vender, o unico culpado é o sr. José Miguel e os regedores que serviam sob as suas ordens por occasião da ultima colhetta.

O decreto 3216 que então regulava e ainda hoje regula o respectivo assumpto obrigava todos os produtores do milho a irem-no manifestar dentro do prazo de oito dias a contar da colheita, obrigando-os ainda a consignar nas declarações de manifesto qual a quantidade do milho recolhido que era precisa aos gastos da sua casa e qual aquella de que podiam dispor para a venda, considerando-os em relação a esta como seus meros depositarios, o que equivale a dizer que d'ella nem sequer podiam dispor sem requisição ou ordem da respectiva auctoridade.

Ora n'estas condições se o sr. José Miguel e os regedores seus subordinados, que eram as auctoridades incumbidas pela lei de promoverem o seu cumprimento e de fazerem os respectivos arrolamentos, cumprissem com os seus deveres em tão momentoso assumpto, o milho produzido no nosso concelho ter-se-hia todo arrolado e o abastecimento dos respectivos mercados estava mais que assegurado.

A verdade porém é que tal se não fez e que d'essa grave falta, repetimos, resultou a escassês e a carestia do milho que ultimamente se tem accentuado e que tão pesadamente influe nas já precarias condições das classes pobres, que do milho quasi exclusivamente se abastecem.

O sr. José Miguel tinha muitos correligionarios lavradores e isso foi talvez o que o fez esquecer d'aquellas obrigações, o que tão mau resultado agora está dando.

Mas o sr. José Miguel não se esqueceu de receber o dinheiro que o povo lhe pagava como administrador d'este concelho, nem se esqueceu tambem de andar ameaçando com a lei dos cereaes os eleitores seus adversarios que não tinham cumprido o preceito do manifesto; e desde que tal dinheiro recebeu e que assim se lembrava das obrigações dos adversarios de modo algum se justifica de igualmente se não ter lembrado das obrigações dos seus amigos e de não ter cumprido rigorosamente as obrigações que a lei lhe impunha e para cujo serviço, de novo accentuamos, o povo lhe pagava.

O nosso amigo e sr. Azevedo Serra esse é que não tem culpas nenhuma no assumpto, antes pelo contrario tem agora andado a fazer já tardiamente é certo, o que sr. José Miguel e os seus regedores podiam e deviam ter feito a tempo e a horas, quando se fizeram os respectivos recolhimentos, que era quando a lei lhes mandava fazer o arrolamento de toda a produção.

Felizmente que as providencias tomadas pelo nosso amigo e sr. Serra tem dado optimos resultados estando já arrolados, só na freguezia de Figueiró, mais de trinta moios de milho, além de 50 moios que o nosso amigo e sr. Serra já requisitou telegraphicamente do sr. governador civil e que deve ser enviado para este concelho.

Este sim, este é que sabe cumprir

com os seus deveres e tomar as providencias precisas para que o milho não falte nem atinja mais os preços verdadeiramente exorbitantes por que já se vendia.

Vão, pois, a cada um as responsabilidades que lhes pertencem, que as do sr. José Miguel não são poucas nem poucas.

O caso das batatas

Na passada terça-feira reuniram-se n'esta villa bastantes pessoas para impedirem a sahida d'uns caifros de batatas que se destinavam á estação de Pomba!, indo ordeiramente solicitar do sr. administrador do concelho a prohibição d'essa sahida.

Este magistrado fez ver a essa pobre gente a impossibilidade em que se encontrava de satisfazer aos seus desejos visto a lei ter decretado o livre transito das batatas.

No entanto ainda telegraphou ao sr. governador civil pedindo auctorisação para satisfazer aos desejos do povo, mas como não recebeu tal auctorisação teve que as deixar seguir.

Não é a batata artigo que deva faltar no nosso mercado, contudo aos lavradores compete a obrigação moral de irem regulando as suas vendas, por fórma a que a falta da batata nunca aqui se faça sentir e a verdade é que escasseando o pão como tem escasseado é a batata que tem de pagar essas differenças.

João Luiz Junior

Sobre o que escrevemos no numero anterior do nosso jornal relativamente a este nosso presadissimo amigo e honrado commerciante, escreve-nos pessoa amiga lamentando que nós não alludissemos ao celebre processo que contra elle moveu o ex-administrador d'este concelho sr. José Miguel Fernandes David, que é exactamente o proprietario do jornal que agora veio hypocritamente proclamar injustiças que não existem com o proposito mais que manifesto de intrigar aquelle nosso bom amigo com os que o estimam.

Effectivamente houve esse esquecimento, que foi devido á pressa com que tratámos do assumpto, que vamos remediar fazendo-lhe n'este numero as referencias que elle merece.

O processo em questão teve a sua origem n'um officio e auto de noticia lavrado por aquelle administrador e por elle remetido para juizo em 22 de novembro de 1913, tendo corrido seus termos pelo cartorio do 3.º officio, onde se encontra.

Os termos em que os factos foram noticiados no referido auto, e que o depoimento da testemunha sr. Manuel da Silva Telhada inteiramente confirmou e que confirmados vinham a ser tambem pela testemunha Simões Pimenta, que não chegou a depôr, eram de tal modo graves que o

nosso bom amigo e sr. João Luiz Junior, tinha para peras e peras grandes.

Valeu-lhe a amnistia de 22 de fevereiro de 1914, quando não os taes amigos de Peniche estar-se-hiam agora rindo de ver o nosso bom amigo e sr. João Luiz Junior, não na administração do concelho onde agora o queriam para lhe não pedir contas dos desmandos praticados mas na **VAGAROSA** d'esta comarca onde lhe tinham arranjado casa para um bom par de mezes.

A nossa carteira

Operação melindrosa

Foi operada no Hospital Civil de Coimbra pelos habeis operadores srs. drs. Angelo da Fonseca e Byssaia Barreto a esposa do nosso presado amigo e assignante Augusto do Carmo Affonso, conceituado commerciante da nossa praça.

A operada acha-ae quasi restabelecida dos seus pacementos tendo já regressado a sua casa n'esta villa onde tem sido muito visitada e felicitada pelas pessoas das suas relações e amizade.

Baptisado

Foi baptisado em Coimbra recebendo o nome de Arthur o gentilissimo filhinho do nosso querido patricio e amigo sr. Arthur Nunes Agria, de quem foi padrinho o avô materno e nosso velho e presado amigo sr. Manuel Luiz Agria Junior, importante proprietario, d'esta villa.

Dr. José Delgado

Já regressou a esta comarca e ao exercicio do seu cargo de notario que com tanta competencia desempenha este nosso querido amigo e opulento proprietario no Murtal, do concelho de Aivaia-zere.

Actor Vargas

Tem estado n'esta villa, onde amanhã dá a sua recita de despedida, este habilissimo actor-imitador que todo o paiz conhece e aprecia.

A avaliar pela recita do domingo passado, que deixou a assistência verdadeiramente satisfeita e que a nós muito nos penhorou pela gentileza de Vargas para com o nosso jornal, a recita de amanhã deve proporcionar aos expectadores uma noute encantadora, tanto mais que o nosso Vargas organisou para ella um programa de attrahir.

Aos nossos presados leitores recommendamos, pois, essa recita bem certos de que fazendo-o nos tornamos crédores dos seus agradecimentos.

Bacelo americano da melhor qualidade

Tem para vender em grande quantidade:

José Dias Morgado—Quinta do Mouchão—Figueiró dos Vinhos.